

Seminário

Thiago Gomes Medeiros¹

Segundo Rafael Bluteau (1720, t. 7, p. 569), o termo *seminário* possui vários significados. Dentro do campo semântico da botânica pode ser interpretado como: “Viveiro de plantas. Espaço de terra, no qual depois de bem cavado se semeiam as plantas. E, depois de crescidas, se tirão dali e transplantam e dispõem pelo campo em ordem com seus intervalos (...).” Corroborando com Bluteau, António de Moraes Silva descreveu *seminário* como “viveiro de plantas novas, que dali se tirão para se disporem. Casa onde de educam mancebos nas letras humanas e divinas, de ordinário são fundados pelos bispos, príncipes” (Silva, 1789, v. 2, p. 684). No *Dicionário da língua brasileira*, de Luís Maria da Silva Pinto, *seminário* tem por significado: “casa onde se educa a mocidade. Viveiro de plantas, donde se tirão para se transplantar. Concernente a semente” (Pinto, 1832, p. 972).

Observa-se uma interessante ampliação semântica do termo “seminário” ao explorar sua etimologia e conotação simbólica. A palavra foi associada ao conceito de “semeadura”, remetendo ao ato de plantar e cultivar sementes, o que sugere uma metáfora potente para a função educacional e formativa dos seminários. Bluteau, Moraes Silva e Silva Pinto descreveram seminário como um “viveiro de plantas”, destacando a ideia de um espaço dedicado ao cuidado e desenvolvimento de algo em seus estágios iniciais. Essa analogia com a agricultura simboliza o processo educacional dos seminários como locais onde as “sementes” da vocação clerical são plantadas, nutritas e cultivadas até estarem prontas para serem “transplantadas” para a vida

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

pastoral. A noção de “transplante” aqui refere-se à formação dos seminaristas, que, após receberem os fundamentos espirituais, morais e intelectuais, estão preparados para atuar na sociedade, reforçando a missão da Igreja.

Essa interpretação sublinha a natureza contínua e cíclica dos seminários, funcionando como um “semeadouro” de vocações que perpetua a renovação e a manutenção da hierarquia, sucessão apostólica e estrutura eclesiástica. A metáfora agrícola, além de enfatizar o caráter educativo, também evoca a responsabilidade dos seminários em cultivar não apenas o conhecimento, mas as virtudes e os comportamentos adequados à vida clerical, alinhando-se à visão tridentina de formação integral do clero.

A ampliação desse conceito para o nosso verbete permite ressaltar que o termo seminário transcende seu papel institucional e se posiciona como um símbolo de cultivo e preparação contínua, refletindo as intenções da Igreja de fortalecer sua presença e influência na sociedade através da formação de um clero bem preparado e disciplinado. Essa visão reforça o entendimento de que os seminários eram, de fato, locais de “semeadura”, onde se plantavam as bases da fé, da moral e da disciplina que sustentariam o presente e o futuro institucional da Igreja.

Os seminários não eram apenas locais de estudo, mas também unidades de disciplinamento, onde se buscava moldar o comportamento e a espiritualidade dos estudantes. Esses estabelecimentos assumiram papel fundamental na organização da vida religiosa e social, contribuindo para a evangelização, a catequese e a manutenção da ordem eclesiástica e administrativa estatal, especialmente na América portuguesa. Além de promoverem a formação clerical e leiga, os seminários influenciavam diretamente a sociedade colonial, tornando-se centros de irradiação cultural e agentes de controle moral. Essas instituições representavam a tentativa da Igreja de consolidar seu poder e formar uma elite eclesiástica que servisse aos propósitos da empresa evangelizadora. Os seminários, portanto, eram mais do que escolas: eram instrumentos de poder e transformação social, moldando o perfil intelectual e ético dos estudantes.

Adentrando no campo semântico escolar, Bluteau definiu seminário como:

[...] casa em que se criam e se ensinam moços em bons costumes e virtudes para o serviço de Deus e da Igreja. Depois do Concílio Tridentino se encomendou e ordenou a fundação dos seminários, e muitos se fizeram na cristandade; dos quais os primeiros e principais autores foram São Carlos Borromeo e São Francisco de Sales (Bluteau, 1720, t. 7, p. 569).

O trecho de Bluteau enriquece significativamente a compreensão do termo “seminário”, oferecendo uma definição que destaca o propósito moral e espiritual dessas instituições. Ao descrevê-los como “casas” onde jovens são criados e instruídos em bons costumes e virtudes, Bluteau sublinha o caráter disciplinar e formativo dos seminários, que vão além do ensino escolar para incluir a modelagem do comportamento de seus alunos. Essa visão está em consonância com os objetivos do Concílio de Trento, que enfatizou a necessidade de formar um clero moralmente íntegro e devidamente instruído para servir a Deus e à Igreja.

A referência aos santos Carlos Borromeu e Francisco de Sales como promotores da criação de seminários reforça a ideia de que essas instituições foram respostas diretas às exigências do Concílio de Trento, que buscava reformar a Igreja Católica por meio de um clero bem treinado e moralmente robusto. Borromeu e Sales foram influentes ao estabelecerem seminários que combinavam a educação religiosa com um forte componente de disciplina e formação moral, um modelo que se espalhou pela cristandade e moldou a estrutura dos seminários também na América Portuguesa.

Essa abordagem institucional e moralista dos seminários reflete um projeto educacional que visava criar uma elite clerical comprometida com a renovação da Igreja. A formação nos seminários abrangia a doutrina, as ciências, as artes liberais, e, especialmente, o cultivo de uma vida exemplar pautada nas virtudes cristãs. Esse modelo de ensino visava corrigir as falhas percebidas na formação do clero pré-tridentino, garantindo que os futuros sacerdotes não apenas dominassem os conhecimentos teológicos, mas também incorporassem os valores

necessários para exercerem suas funções pastorais com rigor e devoção. Bluteau reafirmou a importância desses espaços como lugares de transformação e manutenção do *ethos* católico, enfatizando a função dos seminários como pilares da Igreja na formação de seus líderes espirituais.

Jerome Aixalá (2001, p. 686-687), autor do verbete Seminários Clericais, para o *Dicionário Histórico da Companhia de Jesus*, definiu o termo da seguinte forma: “são instituições destinadas à formação de aspirantes ao sacerdócio. O primeiro uso oficial do termo ‘seminário’ para designar a formação institucional do clero surgiu com o Concílio de Trento (sessão 23, capítulo 18)”. Conforme afirmou Aixalá, o primeiro uso formal do termo seminário se consolidou no Concílio de Trento (1545-1563), um marco na reforma da Igreja Católica, que buscou enfrentar desafios internos, incluindo a inadequação da formação clerical. A adoção do termo pelos conciliares e sua propagação na época demonstram a necessidade urgente de investimento na formação dos aspirantes ao sacerdócio, refletindo um esforço institucional para renovar o clero. Os novos “semeadouros” tridentinos surgiram em decorrência da crise das escolas catedralícias medievais no início do século XVI. O modelo catedralício oferecia “uma educação inadequada para a formação de sacerdotes zelosos e instruídos”, capazes de enfrentar os desafios espirituais e pastorais da época, despontando como um dos problemas centrais que a Igreja Tridentina buscou corrigir.

Em 1537, a comissão instituída por Paulo III para a reforma da Igreja identificou essa deficiência como o primeiro problema a ser corrigido. A criação de novas instituições de ensino clerical, como o Colégio Romano e o Colégio Germânico, refletem o esforço de lideranças católicas, como Inácio de Loyola e o papa Júlio III, em estabelecer centros de excelência na formação do clero. Essas iniciativas não só visavam melhorar a qualidade instrucional dos padres, mas também formar pastores e líderes que pudesse reformar e revitalizar suas comunidades de origem, especialmente em regiões marcadas por conflitos religiosos e pelo avanço do protestantismo.

A Igreja vivia um momento chave na história, em que a formação intelectual e moral do clero se tornou um eixo estratégico na resposta à Reforma Protestante e na própria reestruturação interna. O estabelecimento de seminários especializados pela Companhia de Jesus, como o Germânico para clérigos alemães, e o Romano para clérigos de todas as nações, indica uma preocupação em formar líderes religiosos que pudessem atuar de forma eficaz em contextos específicos, reforçando o papel dos seminários como agentes de mudança e controle pastoral.

A institucionalização dos seminários após o período tridentino teve um impacto duradouro na formação clerical, moldando o perfil do clero católico até os dias atuais. A centralização e padronização do ensino buscou garantir uma uniformidade instrucional e doutrinal na Igreja, marcada pela transição fundamental na história da educação eclesiástica, onde a relevância da formação institucionalizada e padronizada se tornou um pilar da estratégia de reforma católica.

Conforme a ótica lusitana de Avelino de Jesus da Costa e de Manuel Clemente, seminário está definido como: “Estabelecimento destinado à formação espiritual, científica e literária dos candidatos ao sacerdócio”. Para tanto, em Portugal, antes mesmo das regras tridentinas entrarem em vigor, o cardeal D. Henrique, então arcebispo de Évora², fundou um seminário para a formação do clero diocesano em 1557, ao mesmo tempo em que criou o Colégio do Espírito Santo e, em 1559, a Universidade de Évora, confiando o ensino à Companhia de Jesus. Em 1566, o cardeal D. Henrique, agora arcebispo de Lisboa, fundou o Seminário de Santa Catarina, que funcionou na condição de internato e os seminaristas frequentavam as aulas no colégio jesuíta de Santo Antão. Em Braga, por iniciativa do arcebispo dom Frei Bartolomeu dos Mártires, após retornar do concílio tridentino, fundou-se o Seminário de São Pedro, em 1572. Seguiu-se a fundação de outros seminários nos bispados lusitanos na segunda metade do século XVI: Funchal (1586-1608), por dom Luís de Figueiredo de Lemos;

² Fundo Seminário Diocesano de Évora. *Arquivo Distrital de Évora (DigitArg)*. Disponível em: <<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=986412>>. Acesso em: 03 set. 2024.

Viseu (1587), por dom Nuno de Noronha; Portalegre (1590), por dom Frei Amador Arrais; Miranda (1600), por dom Diogo de Sousa (Costa, 1971; Clemente, 2001).

Diante do processo de renovação interna e formação do clero, foram fundados praticamente em todos os bispados e territórios católicos colégios da Companhia de Jesus, que se destacaram na formação de sacerdotes e de leigos, fundamentalmente importantes enquanto lugares de saber. Mesmo assim, as instituições inacianas ainda “não ofereciam uma substituição plena à formação de um clero diocesano uniforme” (Jedin, 1972, p. 724). Essa uniformidade instrucional do clero, passava pela existência dos seminários eclesiásticos sob observância atenta do bispo e operando de acordo com seu projeto de poder e sob seu controle. Na América portuguesa, os primeiros seminários foram fundados pela Companhia de Jesus. Já os “seminários episcopais” propriamente ditos, dependentes exclusivamente da autoridade diocesana, apenas surgiram em território americano no século XVIII, em conformidade com Riolando Azzi (1983).

Segundo os estudos de Antonio Camões Gouveia (1998, p. 261-262), houve morosidade no processo de institucionalização dos seminários em Portugal. Na visão do autor, “os seminários eram a única oportunidade de formação específica do clero secular, que não passava pela universidade”. Ofertava-se nestas escolas estudos propedêuticos, bem como conhecimentos litúrgicos, aulas de moral, teologia básica e oratória. Os processos de fundação e a operação dos seminários, como o de Coimbra, Bragança, Algarve, Lamego e Porto, ocorreram em momentos distintos e muitas vezes enfrentaram dificuldades, o que sugere uma falta de uniformidade e continuidade no processo de estabelecimento dessas instituições educacionais. A intervenção régia foi um fator de influência e controle da monarquia na formação e gestão dos seminários, indicando que a estabilidade e a efetividade dessas instituições estavam frequentemente subordinadas às decisões e interesses políticos da Coroa.

Do ponto de vista jesuítico, segundo John W. O’Malley (2004, p. 363)

[...] seminários eram considerados basicamente uma residência, geralmente anexada a um colégio inaciano onde os estudantes tinham aulas e os estudos eram facultados a “três grupos escolares: jesuítas, clérigos diocesanos e também estudantes leigos” – sempre administrado pelos próprios jesuítas.

A análise de John W. O’Malley amplia a compreensão do termo “seminário” ao enfatizar seu caráter multifuncional e sua integração com outras instituições de ensino, particularmente os colégios inacianos. O’Malley destaca que os seminários eram essencialmente residências formativas, muitas vezes anexas a colégios jesuítas, o que manifesta a importância da Companhia de Jesus na administração e no modelo pedagógico dessas instituições. Essa vinculação com os jesuítas não apenas consolidava a formação teológica e moral dos seminaristas, mas também integrava os estudantes em uma rede educacional mais ampla e influente.

Sobre a participação de três grupos escolares: jesuítas, clérigos diocesanos e estudantes leigos, viu-se que os seminários serviam a um público diverso e iam além da formação exclusiva de futuros sacerdotes. Essa inclusão de estudantes leigos sublinha o papel dos seminários como centros de difusão cultural e educativa que transcendiam o clero, impactando a sociedade de maneira mais abrangente. Os jesuítas, com seu método pedagógico rigoroso e seu foco em uma formação humanista, promoviam um ensino que unia fé, moral e conhecimento secular, preparando os seminaristas para atuar de maneira influente na Igreja e na sociedade.

Essa estrutura de ensino misto favoreceu a troca de experiências e ideias entre os diferentes grupos, enriquecendo o ambiente formativo dos seminários. A administração jesuítica imprimia um caráter disciplinado e intelectual aos seminários, refletindo a influência do modelo educativo inaciano, que priorizava a excelência acadêmica e a virtude moral. Essa característica fazia dos seminários não apenas locais de formação do clero, mas centros educacionais que também atendiam estudantes leigos externos.

Incorporar a visão de O’Malley ao verbete permite ressaltar que os seminários funcionavam como importantes núcleos educacionais e

residenciais, conectados à ampla rede de ensino jesuítico. Eles desempenhavam um papel central na formação de líderes religiosos e laicos, reforçando a influência da Igreja e da Companhia de Jesus no processo educativo e social do lugar.

Ao discutir a educação jesuítica, Serafim Leite apresentou em sua obra *História da Companhia de Jesus no Brasil* uma clara distinção entre colégios e seminários. Nos colégios, a instrução era pública, gratuita e aberta a todos os que desejasse receber uma educação formal, sem distinção de carreira futura. Em contraste, os seminários, além de fornecerem educação, também ofereciam moradia e sustento aos seus alunos, funcionando como internatos.

Esses internatos destinavam-se, principalmente, à formação de futuros membros do clero, e a manutenção dos alunos era financiada por pensões, muitas vezes estabelecidas pelos fundadores dos seminários ou pagas pelas próprias famílias. Entretanto, a instrução colegial em si continuava gratuita, sendo sustentada por doações e fundos específicos. “Nos seminários, instrução particular; nos colégios, pública e gratuita” (Leite, 2004, t. VII, p. 51). O Seminário de Belém da Cachoeira foi citado como exemplo de sucesso dessa estrutura, onde o financiamento externo garantiu a oferta de ensino e o sustento institucional.

A análise de Leite evidenciou como a educação jesuítica estava atrelada a uma estrutura diferenciada de acesso e objetivos. Nos colégios, a educação era voltada para a formação intelectual geral, aberta aos diferentes estamentos sociais, enquanto nos seminários, a formação era mais direcionada à carreira eclesiástica, com uma estrutura de internato. Isso demonstrou a importância dada pela Companhia de Jesus à educação como um instrumento de evangelização e doutrinação, ao mesmo tempo em que ofertavam instrução pública e gratuita, principalmente, aos “homens brancos e filhos de brancos” que mantinham o domínio sobre a política e a cultura colonial. Também se destacou a profunda influência das estruturas sociais sobre o sistema educacional jesuítico. A educação na América, segundo Leite, não pode ser plenamente entendida sem considerar a dualidade social que marcava a sociedade da época, onde a presença de indivíduos livres e

escravizados coexistia e moldava as oportunidades e o acesso à instrução.

Essa observação sugeriu que a educação jesuítica, embora acessível a diferentes segmentos da população, era inevitavelmente permeada pelas hierarquias sociais estabelecidas pelo fator racial e a condição de liberdade. A coexistência de elementos livres e servis implicava que a educação era, em muitos casos, direcionada ou limitada por essas segregações. Indivíduos livres, especialmente aqueles ligados à elite colonial, tinham maior acesso e oportunidades educacionais, enquanto os escravizados se viam excluídos ou restritos a formas específicas e limitadas de instrução. Esse quadro expôs como as relações de poder e *status* social influenciavam a formação educacional, refletindo e reforçando as desigualdades sociais existentes.

Wiktor Gramatowski (1992, p. 26-27) categorizou o termo seminário em quatro categorias principais:

1. *Seminários Jesuítas*: originalmente voltados para a formação dos próprios membros se expandiu rapidamente, refletindo o papel dos jesuítas como educadores influentes, não apenas na formação clerical, mas também no desenvolvimento acadêmico mais amplo, abrangendo leigos e outras ordens religiosas. “Incluíam estudos em Humanidades e Retórica, Filosofia e Teologia”. Os estudos ocorriam geralmente nos colégios principais da província onde os jovens se reuniam para as formações.

2. *Seminários eclesiásticos*: nasceram da determinação tridentina de criar instituições escolares para formação de todo o clero. Neste sentido, a Companhia de Jesus se responsabilizou pelo Seminário Romano em 1564, decidindo após a segunda Congregação Geral (1565) que os jesuítas não continuariam com o dever institucional de assumir o governo dos seminários nos bispados. A relutância inicial dos jesuítas em se comprometer com a administração de seminários diocesanos sublinha uma tensão entre seus objetivos missionários e as expectativas eclesiásticas do período.

3. *Seminários nas Missões Ultramarinas*: foram estabelecidos em territórios de missão, a exemplo da América portuguesa, onde se

buscou formar clérigos para o trabalho de evangelização nos domínios coloniais fora da Europa. Adaptando a pedagogia inaciana aos distintos contextos, para ofertar uma educação que atendesse às especificidades culturais e socioeconômicas do lugar.

4. *Seminários Apostólicos (pontifícios) no Norte da Europa:* dedicados à formação de estudantes em situação de vulnerabilidade, oferecendo educação e suporte aos jovens desfavorecidos economicamente.

Por fim, a construção do verbete seminário contextualizou a evolução destas instituições, que possuíam múltiplas funções e significados terminológicos conforme o contexto que estivesse inserido. Os seminários como centros de formação intelectual e espiritual, mostraram sua importância histórica não só para a Igreja, mas para a sociedade europeia e global durante a modernidade. A complexidade que envolve esses lugares de saber na História da Educação ilustram um esforço contínuo de alinhamento do esforço pedagógico com as necessidades religiosas, sociais, políticas, econômicas e culturais dos espaços onde fossem fundados.

Referências

AIXALÁ, Jerome. Seminarios. In: O'NEILL, Charles E.; DOMÍNGUEZ, Joaquín M.^a (org.). *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús: biográfico-temático*, volume 1. Madrid: Ortega Ediciones Gráficas, 2001, p. 686-687.

AZZI, Riolando. A Instituição Eclesiástica durante a Primeira Época Colonial. In: AZZI, Riolando; HOONAERT, Eduardo; GRIJP, Klaus Van Der Camp; BROD, Brenno. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo; Primeira Época*. 3.ed. Petrópolis: Paulinas/Vozes, 1983.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1720, t. 7.

CLEMENTE, Manuel. Seminários. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal* - volume 4 (P-S). Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

COSTA, Avelino de Jesus da. Seminário. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal* - volume 3. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.

GOUVEIA, Antonio Camões. A Igreja: o enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso. In: MATTOSO, José (dir.); HESPAÑHA, Antonio Manoel (coord.). *História de Portugal* - volume 4, o Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-564.

GRAMATOWSKI, Wiktor. Seminarium. *Jesuit Glossary: Guide to understanding the documents*. Roma: Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), 1992. Versão em inglês de Camilla Russell. Disponível em: <https://arsi.jesuits.global/wp-content/uploads/2022/07/glossary.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

JEDIN, Hubert. *Manual de Historia de la Iglesia* - tomo V, parte II. Barcelona: Editorial Herder, 1972.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Fotografias de David Dalmau; Organização de Cesar Augusto dos Santos et al. São Paulo: Edições Loyola, 2004 [1938], 4 v.

O'MALLEY, John W. *Os primeiros Jesuítas*. Tradução de Domingos Armando Donida. São Leopoldo: Editora UNISINOS; Bauru: EDUSC, 2004.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789, 2 v.

Publicado originalmente no *Glossário* em 03 de abril de 2025.